

TEXTO, LIVRO E MODERNIDADE: COMO OS PERITEXTOS DO SÉCULO XVIII FRANCÊS AJUDARAM NO ACOLHIMENTO DO ROMANCE

André Luiz BARROS*

ZAWISZA, E. *L'âge d'or du péritexte*: Titres et préfaces dans les romans du XVIIIe siècle. Paris: Hermann, 2013.

Nos últimos anos, as pesquisas e a reflexão sobre os paratextos, em geral prefaciais, do século XVIII francês têm se multiplicado e avançado rumo a uma articulação profícua entre a visão de uma prática de intervenção cultural, polêmica em meio aos outros discursos da sociedade, e uma autorreflexão sobre as obras e os gêneros que se constituíam à época, com sua temporalidade própria. O termo *paratexto*, introduzido por Gérard Genette, é estratégico em seu duplo sentido, a partir de sua etimologia: é, a uma só vez, espaço do entorno, periférico e agregador de sentido para o texto principal e anteparo ou proteção a ele diante dos sentidos que o circundam na sociedade. Se paratexto é todo e qualquer texto a orbitar em torno do texto principal, seja no volume deste, seja em outros meios, o peritexto é o paratexto específico a integrar o livro, ajudando na formação de sentido com sua proximidade, com sua simbiose.

No âmbito desse tipo de estudo, que é ao mesmo tempo estrutural e histórico-crítico – ao mergulhar seu interesse no século XVIII, época em que os peritextos tiveram função fundamental como elementos híbridos, paradoxalmente a um só tempo internos e externos ao texto principal –, um livro como *L'âge d'or du péritexte. Titres et préfaces dans les romans du XVIIIe siècle*, de Elisabeth Zawisza, pesquisadora da canadense University Queen's, serve como obra de síntese, de

* UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. Sao Paulo – SP – Brasil. 07252-312 – alb2.barros@gmail.com

mapeamento e mesmo de organização do debate sobre o tema. Insere-se no domínio de debate e entendimento dos prefácios daquele século francês, surgido entre pesquisadores franceses a partir do cruzamento dos estudos de historiografia do livro (a linhagem que vai de H.-J. Martin a R. Chartier e J. Hébrard) com o olhar estruturalista que pôde enveredar pelo século XVIII (G. Genette, mas também, na Inglaterra, J. Mander), temperado pelo renovado conhecimento sobre as bases poéticas e retóricas daquele século e de seu antecedente (M. Fumaroli ou A. Adam e A. McKenna). Tal debate articula nós teóricos como a discussão em torno do estatuto da narrativa de ficção na modernidade com transformações históricas concretas, permitindo flagrar, a partir da profusão de paratextos no século XVIII, consequências culturais da emergência da prosa de ficção na modernidade agora já “devoradora” (produtora, comercializadora e leitora) de livros.

Perceba-se que o peritexto, a constar do título do livro de Zawisza, aponta para textos editoriais incluídos no objeto livro, cuja produção e circulação com maior velocidade e escala protocapitalista acontecerá, como se sabe, naquele mesmo século XVIII. Trata-se, portanto, de tentar entender como o momento dessa instauração do livro e da leitura como prática social cada vez mais aquecida está imbricada à escrita e à recepção dos paratextos. Mas também, para completar os dois polos do mesmo fenômeno, como tais transformações determinarão a dinâmica propriamente estética que a cultura estabelecerá diante dos textos literários.

Entre as várias portas de entrada possível para a discussão, tomemos uma definição que brota do esforço, recorrente nesse campo de estudo, para definir estratégias autorais ligadas tanto ao direcionamento da recepção, quanto de dissonância produtiva entre texto limiar e texto principal. Zawisza cita as definições de alguns pesquisadores do tema, traçando um pequeno panorama da questão que vai desde a afirmação taxativa de que, salvo indicação contrária, como leitores temos de fazer coincidir a voz do autor real à do prefaciador (é a proposta de R. Sabry), até a ideia de uma dissolução total daquela voz nos meandros do ficcional em vias de se fazer aceite culturalmente. Antes de chegar a essa posição mais aguda – que leva a pensar nos prefácios como antecipadores estruturais de uma ideia eminentemente moderna, qual seja: a dissolução do autor e, mais amplamente, do eu na e pela escrita –, cita pesquisadores como D. Jullien e M. Kozul, que definem o peritexto prefacial como aquele em que o autor performa um leitor ideal e primeiro, ou seja, uma primeira leitura ideal que supostamente servirá de modelo ao leitor-receptor em geral.

A ideia de uma performance e, portanto, de um domínio do lúdico, remete ao início da discussão, no qual Zawisza recorre, eruditamente, aos primórdios da ficção na Antiguidade: nas *Metamorfoses* (*O asno de ouro*), de Apuleio, o que ela chama de “desdobramento da voz autoral”, serve à performance (ao artifício) retórica do *topos* da modéstia do autor: “[...] apesar de suas fracas capacidades literárias, o narrador promete realizar prodígios estilísticos e retóricos [...]” (ZAWISZA, 2013, p.61)¹, descreve. Nesse ponto, a especialista G. Puccini destaca que o narrador sério logo adverte o receptor: não confie na “afecção de modéstia”, que tem fins de “*captatio benevolentiae*” (induzir à benevolência).

A autora traz ainda a pesquisa de M. Couturier sobre o prefácio do *Lazarillo de Tormès*, em que aponta a justaposição entre o prefaciador e o personagem-narrador. Só então ela adentra o século XVIII, primeiramente com o *Moll Flanders* de Defoe para, em seguida, enveredar pela profusão de romances epistolares, que mostram a “formidável utilidade do editor para a legitimação do romance” (ZAWISZA, 2013, p.62). Tal editor surge sustentando a “voz da ‘maioria moral’” – ou seja, chega para chancelar a moralidade permitida. Nesse ponto se pode lembrar de um livro fundamental – e raramente retomado – que a autora faz questão de trazer à baila no início de sua obra: o *Le dilèmme du roman au XVIIIe siècle*, de G. May, de 1963. Trata-se de apanhado das escaramuças dos romancistas, dos editores e dos legisladores do comércio do livro durante o Antigo Regime francês. As reflexões sobre a relação entre peritextos editoriais e seu entorno social devem em algum grau a essa obra.

A autora destaca que no caso do peritexto do editor – ou de um editor ficcional, o que é mais comum –, trata-se não de um “efeito de real” ou de verossimilhança, mas um antípoda “efeito de ficção”: o vão entre a voz do editor (ou pseudo-editor) e o texto ficcional leva a que se contraponham não apenas vozes díspares (heterogêneas), mas também estatutos diversos, o real e o ficcional, e a coisa se complica ainda mais quando se simula uma voz díspar real de um editor que na verdade é fruto de ficcionalização...

Se de fato se impõem nos peritextos do século XVIII francês as figuras de uma espécie de “diretor de consciências” ou de controlador *avant la lettre* daquilo que o leitor lerá logo adiante, na busca da heterogeneidade própria a um gênero que abriga, na verdade, um leque genérico, Zawisza aponta para outras figuras desses textos limiares. Por exemplo, a do autor que quer se apresentar como primeiro (e melhor) leitor de sua própria obra. Porém, esse desdobramento, destacado por

¹ Todas as traduções são nossas, salvo indicação em contrário.

pesquisadores como D. Jullien e M. Kozul², logo se vira em seu contrário: a autora destaca como o *topos* do manuscrito encontrado (pelo editor, que supostamente se limita a desbastar o original de redundâncias e imoralidades...), muito comum em romances da época – um dos mais famosos sendo *La vie de Marianne*, de Marivaux (1732-37) –, aponta para um papel mais radical a antecipar estruturas e figuras da modernidade que ali se anuncia (e a antecipação, aqui, não tem nada de anacrônica, trata-se tão somente de vislumbre das questões que estão em jogo diante da transformação cultural, ou de *épistémè*, para utilizar o conceito de Foucault que, como falaremos mais adiante, serve de alicerce a Zawisza).

Esse papel mais radical é pura e simplesmente o esfacelamento do eu do autor, tema fundamental da literatura (e da teoria da literatura) ao longo do século XX e além, “[...] *les récents analyses des préfaces régies par le topos du manuscrit trouvé constatent que le dédoublement de la figure auctoriale en ‘éditeur’ et/ou en ‘rédacteur’ a pour but ultime d’effacer l’auteur au profit de la fiction.*” (ZAWISZA, 2013, p.62). De Apuleio a Marivaux – e ao século XX de Proust, Woolf e Joyce –, trata-se de usar as artimanhas não apenas da mimese, mas também das possibilidades oferecidas tanto pelo objeto livro quanto pelo conceito (abstrato) de livro agora institucionalizado na cultura para potencializar o efeito de ficção, um dos nós do literário na modernidade tardia.

Há um cuidado teórico-crítico em *L’âge d’or du peritexte* de localização da “era de ouro” dos peritextos em momento de mudança de *épistémè*, na trilha do célebre conceito de Foucault em *As palavras e as coisas*. Fica claro, já no segundo capítulo da primeira parte do livro, tratar-se de não esquecer que a profusão peritextual ocorre quando a cultura ocidental como um todo substituiu a cosmovisão ligada à totalização pletórica das semelhanças entrecruzadas pela inexorabilidade da heterogeneidade a se desenrolar no infinito linear (a história). Desse modo, a autora inclui os verdadeiros vãos entre os peritextos e o texto principal na conta de uma heterogeneidade incontornável: tanto a autoria quanto o leitor não se sentiriam mais partícipes do todo acolhedor, mas se tornam seres heterogêneos tanto em relação ao tempo (ou seja, têm historicidade individual própria), quanto em relação às alteridades que se apresentam (o texto e as vozes que o circundam e legitimam, o autor sendo apenas uma delas, as outras sendo o editor, a Academia, o comerciante de livros etc.). Isso porque, como fica claro pela leitura da obra de E. Zawisza, os peritextos são textos limiares entre o fora e o dentro do livro e, portanto, não deixam de ser sempre textos editoriais, ou

² Confira Zawisza (2013, p.63-64).

seja, textos que determinam a presentificação do texto literário como livro. Se assim o é, trata-se de perceber que função fundamental teve tal gênero (por mais ampla que seja a definição desse gênero em particular), num momento em que a relação entre o indivíduo-leitor ocidental se transformava diante de um livro-texto que se distanciava heterogeneamente em relação a expectativas de completude de cosmovisão. A partir do livro de *L'âge d'or du péritexte* se pode inferir que na modernidade que emergia no século XVIII francês, o texto devidamente conformado e legitimado social e institucionalmente, antes integrado ao universo autocentrado e de autolegitimação da nobreza (detentora da erudição cultural e, portanto, da capacidade de decodificar e fruir os textos), passará a incorporar a ideia de heterogeneidade e, portanto, de limite, desembocando em outra ideia nela embutida e que, como se sabe, marcará o Século das Luzes: a de crítica.

A crítica se constituirá, portanto, como consciência e prática de apontar o limite do autocentramento da nobreza e, de forma geral, do próprio indivíduo, agora podendo ser concebido num certo isolamento. Nesse novo momento (ou nessa nova *épistémè*, como querem Foucault e Zawisza), o texto não servirá mais apenas para manter a homogeneidade autocongratatória da aristocracia (ou do indivíduo diante do cosmos acolhedor), mas será também vetor de confrontação com o diferente, com o outro (inclusive a alteridade psíquica, que passa a ser pressuposta na própria constituição individual). Citando ao final da argumentação uma frase de G. Laroux, teórico da narrativa, a autora escreve:

[...] a escrita peritextual articula admiravelmente uma contradição entre a nova *épistémè* que já expõe o real como um universo infinito e heterogêneo, e a obra, que, para afirmar sua existência, deve se erigir em uma entidade organizada que traça limites “entre ela e o que ela não é”. (ZAWISZA 2013, p.36).

Retomando o tipo de peritexto ficcionalizado que simula ser de um autor ou de um editor reais, muito comum à época, podemos descrevê-lo como uma espécie de “contaminação” que o texto principal, propriamente ficcional, impõe aos textos que o circundam (os paratextos), cujo estatuto é (ou deveria ser) outro, e somos levados a pensar sobre o porquê dessa “contaminação”. A metáfora médica, aqui, chama a atenção para uma ambiguidade desejada e constitutiva do gênero dos prefácios: o fato de confundir o leitor sobre onde começa o mundo dos discursos sociais cotidianos-pragmáticos ou institucionais e onde termina o novo campo da ficção como gênero narrativo. Isso porque, como lembra um

Jacques Rancière, antes do século XVIII alguns protocolos e algumas mediações genéricas envolviam as obras consideradas, na época, como *belles-lettres* (Por exemplo, em *A partilha do sensível*).

E. Zawisza mostra em seu livro como, da rima à métrica, da emulação de formas e gêneros consagrados à chancela de prestígio da Académie, tais mediações direcionavam e, na verdade, controlavam, para o espectador e o leitor, os modos de recepção do que devia ser considerado arte escrita ou encenada. Com a diminuição nos gastos – e a consequente popularização – da impressão, da distribuição e da comercialização do livro, inclusive aquele lançado clandestina ou anonimamente, ou mesmo sob pseudônimo, o conto e o romance se imiscuem na cultura hegemônica, que antes os rechaçava. O próprio fato de ter havido, naquele momento, uma profusão de obras lançadas nessas condições mostra como a precariedade e a transição na tecnologia e na monetarização do livro refletia o novo estatuto, ainda incerto, dos textos ficcionais, que não contavam mais com as antigas mediações e ainda não possuíam as novas.

L'âge d'or du peritexte traz para o debate várias questões decorrentes dessa nova e ainda incerta colocação das narrativas de ficção em livro entre os demais discursos da sociedade. Uma delas é a posição da autoria – como fenômeno social, e não integrado à narrativa –, já que, nesse momento de transição, uma miríade de autores sem o prestígio e, portanto, sem a chancela das instâncias consagradoras. São os autores com nome, no sentido literal do termo, mas sem nome, no sentido de sem sobrenome aristocrático ou reconhecido pela Académie... No âmbito do debate teórico, segundo Zawisza a nova abordagem sobre o surgimento da prosa de ficção na antessala da modernidade só é possível ao se abandonar a trincheira estruturalista – a de Genette, propriamente –, que rechaçou a ideia de *implied author*, defendida por autores da tradição anglo-saxã (W. Booth e S. Chatman, por exemplo) como modo teórico de pensar as formas de presentificação do autor em seu próprio livro ou texto principal. Trata-se, a nosso ver, de inclusão de questão a expor os polos do debate: se os críticos estruturalistas, com seu conhecido elá abstrato e científico, foram fundamentais para elaborar o conceito de um vazio enunciativo por trás da voz supostamente autoral, E. Zawisza ajuda a resgatar, por meio da simples pesquisa com os peritextos do século XVIII francês, a ideia de uma construção performática de um “autor peritextual”, uma (por assim dizer) re-presentificação da voz autoral. Se alguns dos assim chamados estruturalistas precisaram dessa ascese teórica pela qual as estratégias e a atuação do autor em seu texto tinham de ser postas de lado em prol de uma ideia (abstrata) de texto puro, num momento posterior, em que ganham importância as relações e os efeitos do

texto no meio social concreto, aquela antiga pureza acaba sendo matizada com a existência concreta (e simulada) tanto do livro quanto do texto gráfico e do autor, entre esvanecimento e nova presença.

Se os estruturalistas contribuíram para uma depuração dos modos de entender o texto isolado e em sua dimensão estritamente linguística, quando se quer entender a atuação da obra e do livro no mundo social circundante torna-se fundamental estudar as mediações peritextuais e as estratégias de mediação, que passam por esses textos não centrais e que, por isso, tinham sido esquecidos por décadas como elementos partícipes da crítica literária. Em livro anterior sobre a mesma questão, *Le Roman véritable*, Herman lembra que Foucault, aliado do projeto da “morte do autor” barthesiano, lido a partir de hoje, pode ajudar a ampliar a questão: “Como o autor foi individualizado em uma cultura como a nossa, que estatuto lhe deram, a partir de que momento, por exemplo, puseram-se a pesquisar a autenticidade e a atribuição, em que sistema de valorização o autor foi tomado, a que momento começaram a contar a vida não mais dos heróis mas dos autores [...]?”³ Nota-se a preocupação de pensar sobre os modos de mediação cultural a circundar a figura (construída) do autor, reconhecendo que só se pode compreender a recepção e a repercussão de obras literárias, na modernidade, a partir dessa constatação e desse novo campo de pesquisa. O fato de, a partir de certo momento em sua obra estar preocupado com as vicissitudes do discurso na sociedade, para além da pureza do texto em si, Foucault (bem como, mais recentemente, historiadores do livro como R. Chartier) tenha percebido.

Ponto central da discussão sugerida por *L'âge d'or du péritexte*, o topos do “manuscrito encontrado” – o tipo de prefácio que ficcionaliza a origem do texto, simulando que fora encontrado numa casa abandonada, numa lixeira, numa gaveta etc. – esclarece pontos importantes. A forma de apagamento do autor (muitos deles são em primeira pessoa, como no caso do famoso *La Vie de Marianne*, de Marivaux, o que faz coincidir a mediação pseudoautoral com o apagamento do autor) é analisada como sendo um modo de mediação definido com o adjetivo “labiríntico”, já que cria deliberadamente uma confusão ou um intrincado labirinto entre um texto que de fato existe e sua origem. Esse tipo de peritexto indica uma verdadeira estratégia cultural de apresentação e depresentificação da narrativa ficcional em meio aos outros discursos já legitimados que os circundam. Como se disse, se se pode ler tais peritextos como

³ Confira Herman, Kosul, Kremer (2008, p.71).

concorrendo com o apagamento da autoria e mesmo da voz enunciativa ficcional, pode-se também pensar numa mediação complexa e estratégica que concorre para fazer o leitor se acostumar e se integrar a um novo tipo de leitura – o que o mundo do *marketing* de hoje chamaria de “formação de leitores”. Como indica Zawisza – mas também pesquisadores como J. Herman –, autores e editores tinham consciência de que incitavam uma divisão de público e despertavam uma vontade de adesão, por assim dizer: de um lado, os que já conheciam os novos códigos que permitiam o transbordamento do discurso ficcional para os peritextos e, de outro, um público ainda não acostumado à prosa de ficção, crédulo e convencido pela narrativa do “manuscrito encontrado” – e, portanto, mais calmo por ler um documento “verdadeiro”.

Pode-se ler o livro de E. Zawisza como um desdobramento – que traz conjugadas dimensões teóricas e historiográficas – de discussões teóricas sobre o roteiro de autolegitimação empreendido pelo romance como grande e vitorioso gênero da prosa de ficção que busca consagração naquele século XVIII. No livro, surgem algumas questões ainda não percebidas em toda extensão mesmo pelos estudiosos do paratexto. É o caso, segundo ela, das relações “tecidas” (a metáfora é dela), no século XVIII, entre as páginas do título e do prefácio. Um exemplo pinçado por ela num estudo de B. Léger é o do romance *Nouveau Gulliver*, que é apresentado, desde o título, como tendo sido “traduzido de um Manuscrito Inglês” por um “Monsieur L.D.F.”, mas que logo na dedicatória e no prefácio fica claro que o autor do texto ficcional de 1730 é o abade Desfontaines. A dedicatória – um tipo de paratexto bastante importante nos séculos XVII e XVIII europeus – e o prefácio contradizem, portanto, a informação de autenticidade do próprio título, que assim se completa: *ou Voyage de Jean Gulliver, Fils du capitaine Gulliver*. Conclui a autora: “[...] são essas contradições jamais resolvidas que revelam um novo paradigma romanescos fundado na ideia que se impõe ao leitor já informado desde o título: ‘...nadamos em plena ficção.’” (ZAWISZA, 2013, p.167).

Sejam “contradições não resolvidas” (a frase tem ecos hegelianos), sejam lacunas de sentido (na vertente que desemboca numa teoria do ato de leitura de Wolfgang Iser), estamos diante de tensões concretas e fenomênicas na relação dinâmica do trinômio texto principal/peritextos/leitor. A percepção de que a relação entre todos os peritextos que integram o livro concorrem para um encaminhamento de sentido que é mais complexo do que se pensava é uma das questões que *L'Âge d'or du péritexte* ajuda a pôr em debate.

REFERÊNCIAS

HERMAN, J.; KOZUL, M.; KREMER, N. (Org.). **Le Roman véritable**. Oxford: Voltaire Foundation, 2008.



